



Número: **0002882-45.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **23/05/2017**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNIOR (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
M. A. S. C. (REU)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20158 423	29/03/2019 08:11	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
23040 095	27/07/2019 21:24	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
29122 026	16/03/2020 07:18	Expediente	Expediente
30581 940	12/05/2020 12:07	Petição	Petição
30581 944	12/05/2020 12:07	Peticao Custas judiciais desconto 80 por cento	Outros Documentos
30581 945	12/05/2020 12:07	2.EliasPaulino_Custas judiciais quitadas	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
33066 488	11/08/2020 09:42	Despacho	Despacho



TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

02 7
GERÊNCIA DO FÓRUM
Recebi em, 15/12/16
às 11 e 21 horas
[Assinatura]

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUÍ- ESTADO DA
PARAÍBA

0002882-45.2016.815.0271



ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNIOR, brasileiro, solteiro, pintor, portador da Cédula de Identidade Civil nº. 3.722.813 -SSP/PB e do CPF nº. 104.363.924-10, residente e domiciliado na Rua Severino Marsal, 27, Monte Santo, Picuí-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado "in fine" assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA POR DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ c/c REPARAÇÃO DE DANOS

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

1

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

DOS FATOS

Que em 31 de dezembro de 2015 o requerente recebeu o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvt da requerida no importe de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) referentes ao Sinistro nº. 3150970240 sob a invalidez permanente apresentada no membro inferior esquerdo.

É certo que a requerente no dia 02/08/2015, por volta das 17h00min, foi vítima de acidente de trânsito, quando pilotava sua motocicleta HONDA BIZ 125 KS, e um cachorro, inesperadamente, atravessou a frente de seu veículo, e, a tentar desviar do animal, o autor bateu com seu veículo em uma árvore. Após o acidente, o suplicante foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital regional de Picuí-PB, onde recebeu os primeiros atendimentos, mas devido a gravidade dos ferimentos, em sua perna esquerda, o autor foi transferido para o Hospital de Emergência e Trauma da Campina Grande- PB, onde submeteu-se a uma cirurgia.

Destarte, que segundo o Boletim de Ocorrência nº. 082/2015 expedido pela Polícia Civil, o pilotava uma motocicleta HONDA BIZ 125 KS, placa MYP 5487/RN, chassi: 9C2JA04106R809224, cor azul, ano/modelo 2005/2006, licenciada em nome de Elizama Kelly dos Santos Oliveira.





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Também denuncia a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido pelo SAMU para Hospital regional de Picuí, e depois para Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande-PB.

Destarte, que desse sinistro a requerente permaneceu inválida permanentemente, conforme denuncia o atestado em anexo.

Logo, nos leva a concluir pela invalidez permanente da requerente, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento de 70% do valor integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II é no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez total. E, como o requerente permaneceu com uma invalidez permanente, deveria receber R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) correspondentes a uma invalidez permanente total, e não os R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) conforme a requerida pagou, perfazendo assim a diferença de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é preterido pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

op 7

*indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovemento da apelação. Manutenção da sentença. **Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução.** (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20*

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito da autora em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro da requerente ter acontecido no ano de 2015, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pela autora/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

079

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

08 7

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas no membro inferior (70% cem por cento)** o que perfaz o percentual correspondente aos 100% (cem por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e**

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

09 9

cinquenta reais], referente a sua perda funcional. Porém, como já recebeu uma pequena parcela de tal montante administrativamente, agora só faz jus a diferença pleiteada.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)"

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

119

objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. **Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação.** (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

12 9

o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta reais e cinquenta centavos)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pela promovente. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.

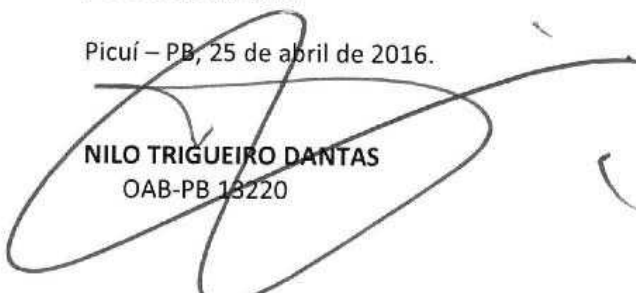
g. Seja a autora submetida a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Nesses Termos,
pede deferimento.

Picuí – PB, 25 de abril de 2016.


NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 15220





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

14 9

Anexo 01

QUESITOS

- 1) *Se existe nexo causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: “75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais”.*





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

159

Anexo 02

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

169

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante Elias Paulino de Oliveira Júnior
brasileiro, solteiro Portor portador (a) do RG nº 3.722.813
expedido por SSP/PB e CPF nº 104.363.924-10 residente e
domiciliado(a) na(o) Rua Severino Alvarado
nº 27, Bairro Monte Santo, Cidade Picuí UF PB, pelo presente
instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procuradores e
advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS**, portador do CPF nº. 047.951.774-65, inscrito
na OAB-PB sob nº. 13.220 e na OAB-RN sob nº. 834-A, e, **DIJANIellySON MONTEIRO**
NOBREGA, inscrito na OAB/PB sob nº. 17068, brasileiros, casados, advogados, com endereço
profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, nº 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala "E",
Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o foro em
geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras
e últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal,
repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem
como subestabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 10 de Novembro de 2015.

Elias Paulino de Oliveira Júnior
Outorgante

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



ELIAS PAULINO OLIVEIRA
RUA SEVERINO MAR- SAL. 27 - MONTE SANTO
PICUI/PB CEP 5818.000 (AG 90)

Classe/Subclasse RESIDENCIAL BARRAGEM MONOFASICO
Roteiro 2-80-5-2110
Nº medidor 0000571503

Referência Set/2015
Emissão 08/09/2015

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGISA
B/230, Km 25 - Cria Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-600
CNPJ 09.065.163/0001-40 Insc. Est. 15.915.922-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000.092.076
Código para Débito Automático: 00000960009

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

v.2. 11d1 e236 e11c Se50 2740 677e

Conta referente a

CDC (Código do Consumidor): 5/96550-9

Canal de contato

Set/2015

Apresentação

08/09/2015

Data prevista da próxima leitura

07/10/2015

CPF/CNPJ/RANI

80189839453

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 03/08/2015 PAGAS
OBRIGADO!

Histórico de Consumo
(kWh)

Agô/15	57
Jul/15	87
Jun/15	58
Mai/15	70
Abr/15	71
Mar/15	74
Fev/15	75
Jan/15	82
Dez/14	81
Nov/14	82
Out/14	87
Set/14	89

Média dos últimos meses
75 kWh

Indicadores de Qualidade 2015 - Pico

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL 8,30	1,47	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL 12,54		
DIC ANUAL 35,05	1,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 201
FIC MENSAL 3,30		LIMITE SUPERIOR 231
FIC TRIMESTRAL 6,30		
FIC ANUAL 13,30	1,47	
ESAC 3,71		
ESCR 12,22		

ATENÇÃO

- Sua unidade foi feita -
Reajuste Tarifário Vigente - R\$ 12,45
Reajuste Tarifário - Vigente - R\$ 12,45

Cálculo de consumo

Anterior Atual Constante Consumo Dias

Data Leitura Data Leitura 1 62 33

08/08/15 11088 08/08/15 11150

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30 kWh-BR	30	0,12503	4,07
Consumo - 31 a 100 kWh-BR	32	0,22267	7,45
Adic B Vermelha			1,56

IMPOSTOS E ENCARGOS	0,17
PIS	0,79
COFINS	4,60
CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA	0,97
JUROS DE MORA 08/2015	0,71
JUROS DE MORA 07/2015	0,75
MULTA 06/2015	0,54
MULTA 07/2015	9,54
ICMS (Base de Cálculo R\$ 20,18) Alíquota 25,00%	
OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS	0,68
CUSTO DE RELOGIAÇÃO NORMAL 08/2015	-28,37
CREDITO COMPENSADO (-) 08/2015	0,42
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 08/2015	0,17
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 07/2015	

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

15/09/2015

R\$ 12,45

Discrimin	Valor
Serviços de Dist. de	
Compra de Energia	
Serviço de Transm.	
Encargos Setoriais	
Impostos Diretos e	
Outros Serviços	
Total	
Valid: 15/09/2015 R\$ 1	



DECLARAÇÃO (Lei 7.115)

Eu, Elias Paulino de Oliveira Junior
brasileiro(a), Solteiro, Pintor, portador do
RG nº 3.722.813 expedido por SSP / PB e do CPF nº
104.363.924-10, residente
na(o) Rua Severino Mausol,
município de Picuí - PB, **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 10 de Novembro de 2016.

Elias Paulino de O. J.
DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162ª da Independência e 95ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel / Hélio Beltrão





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
13ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL – PICUI/PB
DELEGACIA DE PICUI
Rua Coronel Manoel Lucas, nº 02 – Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000 – Telefone: (83)3371-2324

C E R T I D ã O

Nº.Cont.: **082/2015**

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 01/2015, o Registro n.º 82/2015, cujo teor agora passo a transcrever na Íntegra: Aos 03 dias do mês de novembro do ano de 2015, Nesta cidade de Picuí, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, presente a Autoridade Policial o (a) Bel^(a). Luisa Nascimento Correia Lima, Delegada de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 16h53min, compareceu **ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, pintor, natural de Picuí/PB, nascido aos 21/11/1990, filho(a) de Elias Paulino de Oliveira e Ana Maria dos Santos Oliveira, residente na rua Severino Marsal, nº 27, bairro Monte Santo, Picuí/PB, CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE no dia 02 de agosto de 2015 por volta das 17h30min., o comunicante deslocava-se pela rua Francisco Cunha Dantas, bairro Cenecista, Picuí/PB, pilotando uma motocicleta HONDA BIZ 125 KS, placa MYP 5487/RN, chassi 9C2JA04106R809224, cor azul, ano/modelo 2005/2006, licenciada em nome de Elizama Kelly dos Santos Oliveira, Quando um cachorro atravessou a frente da motocicleta inesperadamente e comunicante desviou e bateu com a motocicleta em uma árvore; Que as testemunhas desta certidão acionaram o SAMU que encaminhou o comunicante ao Hospital Regional de Picuí/PB, onde recebeu os primeiros atendimentos; Que no dia posterior ao fato o comunicante foi transferido para o Hospital de Truama em Campina Grande/PB; Que o comunicante fraturou o plator tibial da perna esquerda e colocou 06 parafusos e uma placa de platina na perna esquerda e teve de se submeter a uma cirurgia conforme cópia dos documentos anexos. Era o que tinha a registrar. O referido é Verdade e Dou fê.

Picuí/PB, 03 de novembro de 2015.

Elias Paulino de Oliveira Junior
COMUNICANTE:

JOSE DANTAS DA COSTA
TESTEMUNHA 1 RG 2.143.047 SSP/PB, R. Francisca Cunha Dantas, 20, bairro Cenecista, Picuí/RN.

Maria dos Dores dos Santos Costa
MARIA DAS DORES DOS SANTOS COSTA
TESTEMUNHA 2 RG 1.049.059 SSP/PB, R. Francisca Cunha Dantas, 20, Cenecista, Picuí/PB.





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETRAN - RN		Nº 8563248438	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD. RENAVAM	RAT. C.	EXERCÍCIO
1	874153719	*****	2010
NOME			
ELIZAMA KELLY DOS SANTOS OLIVEIRA			
CVE / CNPJ	PLACA		
086.206.614-00	MTP5487		
PLACA ANT. / UF	CHASSI		
MTP5487/RN	8C2JA04106B809224		
ESPECIE / TIPO	COMBUSTÍVEL		
PASSEGEIRO/MOTOCICLETA/MO. HELICÓPTER	GASOLINA		
MARCA / MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	
HONDA/BIZ 125 KS	2005	2008	
CAP. / POT. / CL.	CATEGORIA	COR. PREDOMINANTE	
0CV/124 CILINDRADAS	PARTICULAR	AZUL	
COTA ÚNICA	VENG. COTA ÚNICA	VENG. COTAS	
0	16/06/2010	1º PAGO	
FAIXA I/PVA	PARCELAMENTO / COTAS	2º PAGO	
2005 3X	R\$ *****	3º PAGO	
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	IOF (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
*** LICENCIAMENTO DETRAN: PAGO *** DPVAT: PAGO			
OBSERVAÇÕES			
MOTOR: JA04E16809224 DE FORTIN OBRIGATORIO			
MAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA			
CURR. N.º	DATA		
086.206.614-00	06/07/2010		

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT		
RN Nº 8563248438 BILHETE DE SEGURO DPVAT		
NOME / ENDEREÇO		
ELIZAMA KELLY DOS SANTOS OLIVEIRA		
CVE / CNPJ	PLACA	
086.206.614-00	MTP5487	
BILHETE DE SEGURO DPVAT		
RN Nº 8563248438	EXERCÍCIO	
	2010	
DATA EMISSÃO		
06/07/2010		
NOME / ENDEREÇO		
ELIZAMA KELLY DOS SANTOS OLIVEIRA		
CURR. N.º		
086.206.614-00		
VIA	CVE / CNPJ	PLACA
1	086.206.614-00	MTP5487
COD. RENAVAM	MARCA / MODELO	
874153719	HONDA/BIZ 125 KS	
ANO FAB.	CHASSI	
2005	8C2JA04106B809224	
CAL. TARIF.		
9		
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	IOF (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)
Seguradora Líder dos Consórcios		
do Seguro DPVAT S/A		
CNPJ: 09.248.608/0001-04		



29

ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ
C.N.P.J. 08.741.399/0001-73
Home Page: <http://picui.famup.com.br>
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 08.619.650/0001-21
BASE DESCENTRALIZADA SAMU 192

Picuí/PB, 08 de Outubro de 2015.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 Picuí/PB, realizou atendimento pré-hospitalar do paciente **ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JÚNIOR**, 24 anos, portador do RG 3.722813, vítima de acidente motociclístico, ocorrido no dia 02 de Agosto de 2015, na Rua: Francisco da Cunha Dantas, Cenecista, Picuí/PB. Paciente encontrava-se consciente, orientado, estava em uso de capacete e o mesmo havia retirado, apresentando dor em joelho esquerdo. Após avaliação e realização de procedimentos necessários o mesmo foi removido para o Hospital Regional de Picuí/PB, conforme regulação.

Gigliana da Silva Dantas

Coordenadora do SAMU

COREN/PB 246.095 *(Assinatura)*

GIGLIANA DA SILVA DANTAS

Coordenadora SAMU PICUÍ/PB

Rua: Galdini Pinheiro, 26 - Bairro Centro / CEP: 58 187 - 000 - Picuí - PB
Fone/fax: (83) 3371-2620/ 3371-2350 – e-mail: pmpicui.sat.splena@uol.com.br





GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI – “Felipe Tiago Gomes”

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que as informações necessárias estão presentes na Ficha Ambulatorial em anexo. Cabendo a Autoridade Competente confrontar a Veracidade dos Fatos informados com os ocorridos, conforme Ficha Ambulatorial supracitado.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima e consideração.

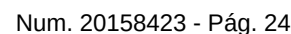
Picuí-PB, 20 de outubro de 2015.

Iranilda de Lima Dantas Freitas
Assinar Adm.
210996-4

Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15
Bairro: Monte Santo
Picuí – PB
CEP - 58.187-000
Fone/Fax - (83) 3371-2990



25/2





ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI "Ferreira Tiago Gomes"

26/12

FICHA DE ENCAMINHAMENTO

NOME: Elias Paulino de O. Junior

DOCUMENTO Nº. _____ IDADE: 24

DATA DE NASCIMENTO: 1/1 SEXO: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: João Pessoa - PB CEP: _____

PROFISSÃO: _____ ESTADO CIVIL _____

H.D.A. Acidente de moto

atropelado em via pública

EPAD - PLANO ALTO - FIBRA

EXAMES REALIZADOS: RX

CONDUTA: Adm. Hospital e exames

de diagnóstico

Ortopedia de membros

inferiores

DATA: 03/03/18

Dr. Carlos Candido Filho
Otorrinolaringologista
CRM 158.159-7
Médico Assistente / CRM



27/10

Ficha de Acolhimento

Nome: Elis Paulino de Oliveira Junior
End: Igino Almeida, 48 Bairro: Picui
Data de Nascimento: 27-11-90 Documento de Identificação: _____
Queixa: Acidente Data do Atendimento: 03-08-15 Hora: 16:40 Documento: _____

Classificação de Risco

Nível de consciência: ☒ Bom ☐ Regular ☐ Baixo Aspecto: ☒ Bom ☐ Fácis de dor ☐ Gemente
Frequência respiratória: _____ Frequência cardíaca: _____
Pressão arterial: _____ Temperatura axilar: _____
Dosagem de HGT: _____ Mucosas: ☐ Normocrada ☐ Pálida
Deambulação: ☐ Livre ☐ Cadeira de rodas ☒ Cama

Estratificação

- () Vermelho - atendimento imediato
() Verde - atendimento até 4 horas

() Amarelo - atendimento até 1 hora
() Azul - atendimento ambulatorial

Joana Dantas de S. Vasconcelos
ENFERMEIRA
COREN 90645

Assinatura e carimbo do profissional

2



98



Sistema Único de Saúde
Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

2 3 6 2 8 5 6

2 3 6 2 8 5 6

Identificação do Paciente

Nome: *Paulo Roberto de Oliveira Junior*

230 340

3 6 0 4 6 0 2 4 1 8 0 0 0 0 0

23/03/2019

23 9 8 4 9 8 4 9 8

P. *Paulo Roberto de Oliveira Junior*

P. 8

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

Lesão e fratura de membro superior direito

Lesão e fratura de membro superior direito

Fratura de plavto inferior direito

PROCEDIMENTO SOLICITADO

Colunomia torácica

Colunomia torácica

03/03/2019

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

31-1 ACIDENTE DE TRANSITO	31-2 ACIDENTE DE TRABALHO	31-3 ACIDENTE DE TRABALHO
31-4 ACIDENTE DE TRABALHO	31-5 ACIDENTE DE TRABALHO	31-6 ACIDENTE DE TRABALHO

AUTORIZAÇÃO

32-1 AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO	32-2 AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO
32-3 AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO	32-4 AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO

MOD-679

12



30



ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS
GONZAGA FERNANDES
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



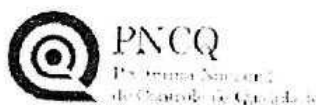
SUS
Sistema
Único
de
Saúde

Nome:	ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNIOR	Protocolo:	0000225011	RG:	NÃO INFORMADO
Sexo:	SEM IDENTIFICAÇÃO MÉDICA	Data:	04 DE 2015 18:22	Ofício:	SESA AMARELA
Convênio:	HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES	Idade:	34 anos	Destino:	SESA AMARELA

GLICOSE (JEJUM)

81 mg/dl


Carlos Felipe Souza de Miranda Bultrão
Biomédico
CRM 5469



32/



ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS
GONZAGA FERNANDES
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



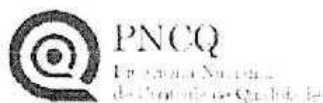
SUS
Sistema
Único
de
Saúde

Nome:	ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNIOR	Protocolo:	0000225011	RG:	NÃO INFORMADO
Sexo:	SEM IDENTIFICAÇÃO MÉDICA	Data:	03-08-2015 08:52	Origem:	ARCA AMARELA
Convênio:	HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS G. FERNANDES	Idade:	26 anos	Destino:	ARCA AMARELA

TEMPO DE COAGULACAO 6'30" min

TEMPO DE SANGRAMENTO 1'00"


Carlos Felipe Moura de Almeida Mendes
Exercício
CASU 1409



39

GOVERNO
DA PARAIBA

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS
GONZAGA FERNANDES
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS
Sistema
Único
de
Saúde

Serai: ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNIOR
Data: SEM IDENTIFICACAO MEDICA
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D LUIZ G. FERNANDES

Protocolo: 0100225011
Data: 04-08-2015 DS 12
Idade: 24 anos

RG: NÃO INFORMADO
Origem: AREA AMARELA
Destino: AREA AMARELA

HEMOGRAMA

(DATA DA COLETA: 04/08/2015 08:23)

Resultados

Unidade de Medida: g/dL

SÉRIE VERMELHA

de Glóbulos Vermelhos
Hemoglobina
Hematócrito
V.C.M.
D.C.M.
C.R.P.

4.53 milhões/mm³
13,7 g/dL
42 %
93 fL
20 pg
33 g/dL

de Glóbulos Vermelhos
Hemoglobina
Hematócrito
V.C.M.
D.C.M.
C.R.P.

SÉRIE BRANCA

Leucócitos

11.400 /mm³
(%) (/mm³)

Neutrófilos
Linfócitos
Monócitos
Eosinófilos
Basófilos
Plaquetas
Hemácias
Reticulócitos
Hemoglobina
Hematócrito
CONTAGEM DE PLACQUETAS

0
0
0
3,0
69,0
0
0
25,0
0
3,0
188.000 mm³

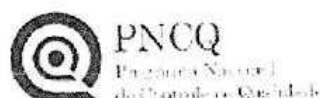
de Glóbulos Brancos

0
0
0
342
7.866
0
0
2.850
0
342

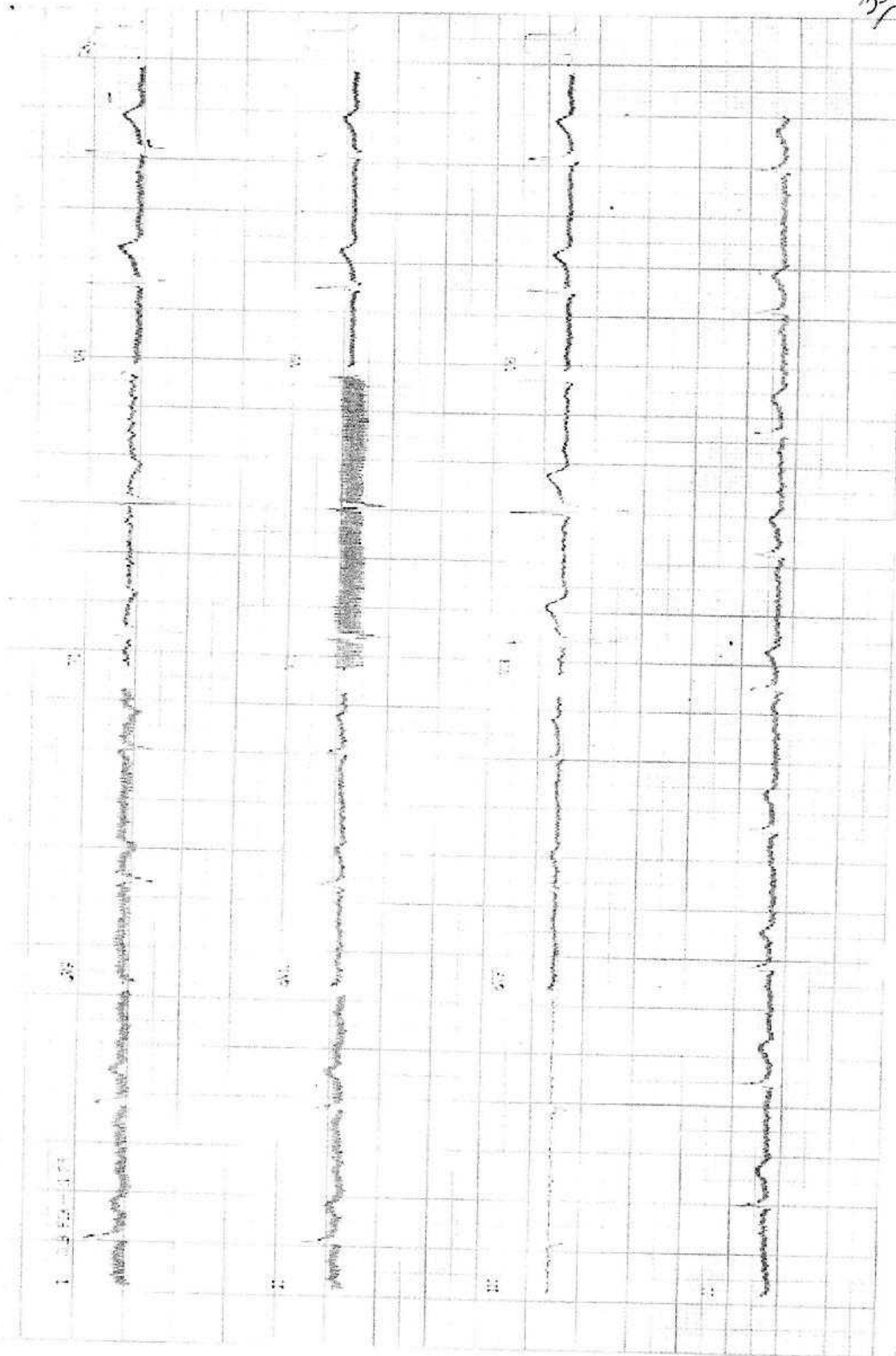
CONTAGENS repetidas e confirmadas.

Carlos Felipe Costa da Silveira

Carlos Felipe Costa da Silveira
Biotecnólogo
CRM 5409



ELIAS SAUVINHO - 04/2003
RSCAL = 04/28/05 01:30h.



33



RESULTADOS ESPERADOS:

REGISTROS

DATA	HORA	PA	T	FC	FR	PGI	DIURESE	AValiação	ASSINAT. CARME
------	------	----	---	----	----	-----	---------	-----------	-------------------

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM / DIURNA

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM / NOTURNA

Paciente estável, orientado, consciente, eufórico, sem alterações de comportamento, sem alterações de linguagem.

[Handwritten signature]

Realizado 10 de junho (6)





Ev. de evolução clínica

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente: Cibele Paulina de Oliveira

Alojamento: 3

Idade: 3

Condição: ||

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
05/03	1. Dor no abdômen		
2. Dor no abdômen	EV 6/8h	18h	
3. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
4. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
5. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
6. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
7. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
8. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
9. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
10. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
11. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
12. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
13. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
14. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
15. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
16. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
17. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
18. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
19. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
20. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
21. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
22. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
23. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
24. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
25. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
26. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
27. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
28. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
29. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
30. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
31. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
32. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
33. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
34. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
35. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
36. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
37. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
38. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
39. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
40. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
41. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
42. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
43. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
44. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
45. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
46. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
47. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
48. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
49. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
50. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
51. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
52. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
53. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
54. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
55. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
56. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
57. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
58. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
59. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
60. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
61. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
62. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
63. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
64. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
65. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
66. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
67. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
68. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
69. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
70. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
71. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
72. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
73. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
74. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
75. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
76. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
77. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
78. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
79. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
80. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
81. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
82. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
83. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
84. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
85. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
86. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
87. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
88. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
89. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
90. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
91. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
92. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
93. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
94. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
95. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
96. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
97. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
98. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
99. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	
100. Dor no abdômen	EV 12/18h	18h	

Dr. Cristiane Rodrigues da Silva
MÉDICO - CRM 3335

Dr. Cristiane Rodrigues da Silva
MÉDICO - CRM 3335

39/03

VSO 03

36/0

Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem	Assis
05/08/15	15h	36,4°C	78	22	120x80 +		Paciente em estado bem, aguardando exame, segue medicado aos encargados da equipe.	

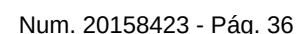
05/08/15	22h	36,5°C	80	22	120x80 +		Paciente segue bem, aguardando medicação com encargados.	
----------	-----	--------	----	----	----------	--	---	--



BOLETIM DE ENFERMAGEM

DIAGNOSTICO DA ENFERMAGEM

15-7000-1-1

19-4 128

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

38/



SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÁREA AMARELA

[illegible]

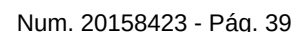
CARACTERÍSTICA DEFINIDORA

[illegible]

APRAZAMENTO	ASSINATURA
12/12 h	



20/

6 16



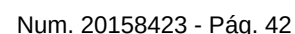
Diagnóstico

Folha de Tratamento e Evolução

Paciente	Elson Pereira Lima	Alojamento	3	Leito	3	Convênio	
Data		Prescrição Médica		Horário		Evolução Médica	
07/03		1 - DIETA LIVRE 2 - SF 0.9 % 500 ml EV CADA 12 H 3 - OMEPRAZOL 40 mg EV CADA 24 H 4 - DAPIRONA 2.0 ml CADA 8 H 5 - TILATIL 20 mg EV CADA 12 H 6 - C.C.G. 7. Hidratação com 100 mg EV 8/12h S/N 8. Neuro monitor 9. Curam 400 mg S.C. 2x dia 10. Plavix 75 mg EV 8/12h S/N 11. Plavix 75 mg EV 8/12h S/N 12. Captopril 25 mg EV 8/12h S/N em 08/03 às 11h	08/03 08:00 08/03 16:00 08/03 24:00 08/03 08:00 08/03 16:00 08/03 24:00 08/03 08:00 08/03 16:00 08/03 24:00 08/03 08:00 08/03 16:00 08/03 24:00	15 Onygi-din Tombado, mel, em pequenas porções 14 Onygi, suprimir com medicamentos transparientes Squid Alho cru C7			

Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 29/03/2019 08:10:38
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19032908115200000000019610146

43/

622

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO.

For photo taken

BOLETIM DE ENFERMAGEM

DIAGNÓSTICO DA ENFERMAGEM

2000年1月1日

ASSINATURA DO ENFERMEIRO RESPONSÁVEL		
PREScrição de Enfermagem	APRAZAMENTO	ASSINATURA
✓ MONITORAÇÃO DE SINAIS VITAIS	11/11/12	12
REALIZAR CONTROLE DE SUCUMACAPILAR		
ORIENTAR O PACIENTE A REALIZAR RESPIRAÇÃO PROFUNDA		
INSTRALAR CATETER DE OXIGÊNIO CONFORME ORIENTAÇÃO MÉDICA		
AVALIAR SINAIS DE INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA (RUÍDOS, CEFALÉIAS E		
BATIMENTOS DA CAIXA DO NARIZ)		
ASPIRAÇÃO DE VIAS AERÉAS		
FUNCIONAMENTO PACIENTE EM SITUAÇÃO DE ALTA		
MANUTER A CAPLÇA DO PACIENTE LATERALIZADA, QUANTO RECOMENDADO		
MONITORAR SINAIS E SINTOMAS DE INFECÇÃO (FEBRE, HEMEREMIA, CALOR,		
RUBOR, HIPEREMIA)		
✓ ASSISTÊNCIA AO AUTOCUIDADO	11/11/12	12
REALIZAR TODOS OS REGISTROS PERTINENTES NO PRONTUÁRIO DO PACIENTE		
✓ RELACIONADOS AOS AGS IDENTIFICADOS, AS CONDIÇÕES TOMADAS PELA		
EQUIPE E AS RESPOSTAS DO PACIENTE		

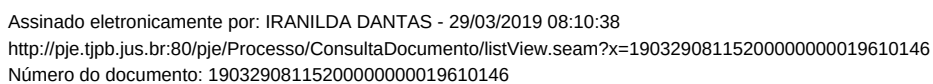
[illegible]

DATA	HORA	DE	PARTE	TC	PL	PG	PLANO	AVLIAÇÃO	ASSINATURA
10/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
11/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
12/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
13/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
14/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
15/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
16/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
17/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
18/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
19/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
20/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
21/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
22/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
23/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
24/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
25/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
26/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
27/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
28/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
29/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
30/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
31/10/1979	10	10	10	10	10	10	10		
01/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
02/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
03/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
04/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
05/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
06/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
07/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
08/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
09/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
10/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
11/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
12/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
13/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
14/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
15/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
16/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
17/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
18/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
19/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
20/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
21/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
22/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		
23/11/1979	10	10	10	10	10	10	10		

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM / DIÚRNA

INTERCORRENCIA DE ENFERMAGEM / NOTURNA

ENFERMEIRA
COREN - PB. 131973





SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÁREA AMARELA

BOLETIM DE ENFERMAGEM									
NOME: <i>Elton Roberto Gomes Junior</i>		SEXO: <i>M</i>		DATA DE NASCIMENTO: <i>10/11/15</i>		ID: <i>01</i>			
SECTOR: <i>101</i>									
DIAGNÓSTICO: <i>Trombose Venosa</i>									
ALERGIA	SM	NÃO	CLAS						
VEDICAÇÃO CONTINUA	SM	NÃO	CLAS						
DOENÇA CRÔNICA	SM	NÃO	CLAS						
PRESENÇA DE ESCARA	SM	NÃO	LOCAL						
PRESSÃO ARTERIAL	SM	NÃO							
DISFUNÇÃO RENAL	CONSCIENTE	☒							
SISTEMA RESPIRATORIO	DISPNEICO	☒							
EST. GEN. TORC. VARIO	NORMAL	☒							
DIURESE	DIURETICA								
MOBILIDADE	DEAMBULA								
	TETRAPLEGIA								
EST. DAS EXTREMIDADES	VO	☒							
ESTADO NUTRICIONAL	NUTRIDO	☒							
DIAGNÓSTICO	DA								
DIAGNÓSTICO DA ENFERMAGEM									
RISCO DE Queda									
RISCO DE ASPIRAÇÃO									
RISCO DE INFECÇÃO									
RISCO DE DESLIZAMENTO									
RISCO DE Queda									
RISCO DE RETENÇÃO URINÁRIA									
RISCO DE SANGRAMENTO									
NAUSEA									
DOR AGUDA									
DOR CRÔNICA									
PROBLEMA RESPIRATORIO INFECÇÃO									
MOBILIDADE NO LEITO PREJUDICADA									
DESLIZAMENTO									
INTENSIDADE DA PELE PREJUDICADA									
RISCO PARA INT. PELE PREJUDICADA									
RISCO DE SÍNDROME DO DESUSE									
PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM									
APRAZAMENTO									
ASSINATURA									
MONITORAÇÃO DE SINAIS VITAIS									
ORIENTAR O PACIENTE A REALIZAR RESPIRAÇÃO PROFUNDA									
INSTALAR CATETER DE DRENAGEM OU CONFORME ORIENTAÇÃO LERDA									
ACALMAR SINAIS DE INSUFICIÊNCIA RESPIRATORIA (TUDOS, ESTERNOCLAVICULARES, DORSO)									
ASPIRAÇÃO DE VIAS AERIAS									
POSICIONAR O PACIENTE EM DECÚBITO DE 45°									
MANTER A CABEÇA DO PACIENTE LAZERADA, QUANDO RECOMENDADO									
MONITORAR SINAIS E SINTOMAS DE INFLAMAÇÃO (VERMELHIDÃO, CALOR, RUBOR, HIPEREMIA)									
ASSISTÊNCIA NO ALTOCUIDADO									
REALIZAR TODOS OS REGISTROS PERTINENTES NO PRONTUÁRIO DO PACIENTE									
RELAÇÃO DOS AGOS, IDENTIFICADOS AS CONDIÇÕES TOMADAS PELA EQUIPE E AS RESPOSTAS DO PACIENTE									



RESULTADOS ESPERADOS:

REGISTROS

DATA	HORA	DI	FE	IN	HT	CLASSE	AVANÇADO	ASSINATURA
------	------	----	----	----	----	--------	----------	------------

10/10/18 10:00 10/10/18 10:00 10/10/18 10:00 10/10/18 10:00 10/10/18 10:00 10/10/18 10:00

10/10/18 10:00 10/10/18 10:00 10/10/18 10:00 10/10/18 10:00 10/10/18 10:00 10/10/18 10:00

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM / DIURNA

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM / NOTURNA

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM / DIURNA
ENFERMEIRA
COGEN - PB 339973

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM / NOTURNA
ENFERMEIRA
COGEN - PB 339973



Diagnóstico

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Elaine Pereira de Oliveira Junior	Alojamento	502	Leito	20	Convênio	
Tratamento de fratura de fêmur esquerdo (Shenton II)							
Data	Prescrição Médica			Horário	Evolução Médica		
	1. Dexametasona 0,5mg 2. Dexametasona 0,5mg 3. Dexametasona 0,5mg 4. Dexametasona 0,5mg 5. Dexametasona 0,5mg 6. Dexametasona 0,5mg 7. Dexametasona 0,5mg 8. Dexametasona 0,5mg 9. Dexametasona 0,5mg 10. Dexametasona 0,5mg				1. Paciente em boas condições de saúde, sem sinais de infecção, com boa evolução clínica. 2. Paciente em boas condições de saúde, sem sinais de infecção, com boa evolução clínica. 3. Paciente em boas condições de saúde, sem sinais de infecção, com boa evolução clínica. 4. Paciente em boas condições de saúde, sem sinais de infecção, com boa evolução clínica. 5. Paciente em boas condições de saúde, sem sinais de infecção, com boa evolução clínica. 6. Paciente em boas condições de saúde, sem sinais de infecção, com boa evolução clínica. 7. Paciente em boas condições de saúde, sem sinais de infecção, com boa evolução clínica. 8. Paciente em boas condições de saúde, sem sinais de infecção, com boa evolução clínica. 9. Paciente em boas condições de saúde, sem sinais de infecção, com boa evolução clínica. 10. Paciente em boas condições de saúde, sem sinais de infecção, com boa evolução clínica.		

50
M00.032

Diagnóstico

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente

Elcio Paulo Oliveira

Alojamento

2

Leito

3

Convênio

Data

11/8

Prescrição Médica

1. Dado 2x2
2. Inf. 3x1 50mg EV 12h
3. Difenidramina 50mg EV 8/8h
4. Difenidramina 50mg EV 10/10h
5. Clonazepam 0,5mg EV 1x2d
6. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
7. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
8. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
9. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
10. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
11. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
12. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
13. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
14. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
15. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
16. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
17. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
18. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
19. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h
20. Clonazepam 0,5mg EV 8/8h

Horário

Exatidão Médica

Exatidão Médica
Paciente internado em
quarto 312 da
Unidade de Emergência

12108115 ORN PA 100x60 736,60C
 12108115 ORN PA 100x60 736,60C
 Troca de acordo com o valor

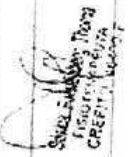
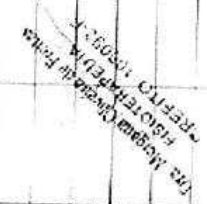
Minha





SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DE CAMPINA GRANDE
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

EVOLUÇÃO FISIOTERAPÊUTICA

Paciente	Prontuário	Ala	Ortopedia	Leito	Enfermaria
Data	Hora	Data	Hora		
12/08/15	Manhã			2-3	
Paciente com fratura de fêmur tibiais propulsão. Foi realizado mobilização articular de MTID , passivo te, relaxar e a limitação de movimento.					
Acadêmico da FEN. Mª Regina Borges Santos					
 Mariana Regina Borges Santos Fisioterapeuta CREFIT 100927					
 HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DE CAMPINA GRANDE DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES					

54

57

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

Nome do Paciente

Nº Prontuário

Data da Operação

Enf.

Leito

Operador

1º Auxiliar

2º Auxiliar

3º Auxiliar

Instrumentador

Anestesia

Tipo de Anestesia

Diagnóstico Pré-Operatório

Tipo de Operação

Diagnóstico Pós-Operatório

Relatório Imediato da Patologia

Exame Radiológico no Ato

Acidente Durante a Operação

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos Viscerais

- 1 - Paciente em ODA, sob apito anestésico
- 2 - Adequada a antissepsia após colocação
- 3 - Abertura de porta estéril
- 4 - incisão antero-lateral proximal para C
- 5 - dissecação por planos
- 6 - Redução e fixação com parafusos
- 7 - Afixação de placa C proximal com parafusos
- 8 - Lavado e drenado
- 9 - Sutura por planos
- 10 - curativo
- 11 - Rotina de guarda

Vol. 318

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO



RESULTADOS ESPERADOS:

REGISTROS

DATA	HORA	PO	T	FC	PA	RSI	DIURET	AVULÇÃO	ASSINATURA	PARADO
------	------	----	---	----	----	-----	--------	---------	------------	--------

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM / DIÚRNA

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM / NOTURNA

por causa renal, diabetes,
cardíaca, hipertensão, sinais
procedimento cirúrgico, sobre
os cuidados da equipe de
enfermagem.

por causa renal, diabetes, sinais
procedimento cirúrgico, sobre
os cuidados da equipe de
enfermagem.

Clayton
2

6 rs





Rua Guadalupe, 43 - Guadalupe - Oinda-PF
CEP: 53.020-230 | E-mail: tmcirurgica@hotmail.com
Fones: 3431.4960 | 3076.0422 | 9452.1153

Nº 0943

1ª Via Cliente
2ª Via Empresa

PEDIDO DE FATURAMENTO

NOME DO HOSPITAL

CIDADE

NOME DO PACIENTE

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

PROCEDEMENTO REALIZADO

PRODUTO

REF.

QUANT.

CÓD. ROMP.

PLAC EM L OBF. ESG.
PARAFUSOS (CORT. AIS 4,5x34
" " " 4,5x36
" " " 4,5x38

01
01
01
02
01

ENVELOTO (KSF) HAP-91

HAP-91
ESTÉRIL
TERIL
Apresentação: 5,0g - 10 mesh
Lote: 1501011-IM
Validade: 03/2017
STERILE EO
115

DATA DE EMISSÃO
13/05/2015

DATA DE EMISSÃO

VALORES DESPESAS
DR. HILARIO AUGUSTO

PARAFUSOS, ESPONGAS R2 75 01
PARAF. ESPONGAS R2 80 01
X 45 ACO 102

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Auguste



RESULTADOS ESPERADOS:

REGISTROS							
DATA	HORA	PA	T	PC	PR	HUM	TEMPER
07/10/20	10:00	10/20	3,5	18	80		

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM / DIURNA

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM NOTURNA

Enfermeira
CORR - PB. 22113

ENFERMEIRA
COREN - PR 126973



RESULTADOS ESPERADOS:

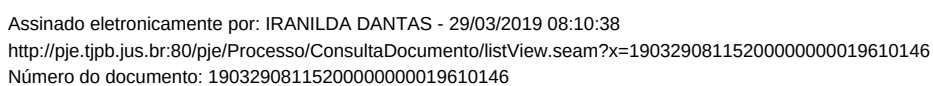
REGISTROS

[illegible]

INTERCORRENCIA DE ENFERMAGEM / DIURNA

INTERCURRENCIA DE ENFERMAGEM / DIURNA
 Aproximadamente 10 horas por dia, em
 um dia de trabalho (10h) em
 dois dias como enfermeiro
 durante o período de internação
 no hospital - 1 -

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM / NOTURNA



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

68/0

HUECCHOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**FOLHA DE ANESTESIA**NOME: *Elcio Bulcão de Oliveira Jr.*ENFERMEIRA: _____ IDADE: *23* SEXO: *Masculino* COR: _____

DATA: <i>13/11/15</i>	TIPO ANESTESIA: _____	TIPO ANESTESIA: _____	TIPO ANESTESIA: _____	TIPO ANESTESIA: _____	TIPO ANESTESIA: _____	TIPO ANESTESIA: _____	TIPO ANESTESIA: _____
TIPO ANESTESIA: _____	TIPO ANESTESIA: _____	TIPO ANESTESIA: _____	TIPO ANESTESIA: _____	TIPO ANESTESIA: _____	TIPO ANESTESIA: _____	TIPO ANESTESIA: _____	TIPO ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____
ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____	ANESTESIA: _____

MEDICAMENTOS PRE-ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____

ANESTESIA: _____





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA
DE CAMPINA GRANDE

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

AValiação GERAL

Enfermária: 2 Leito: 3 Nome: Clayton F. Almeida
Sinais vitais: PA: 120/80 P: 72 FR: 18 T: 36,5 HGT: 1,70 SPO2: 98
PESO: 70 ALTURA: 1,70 Dor () Local da dor:

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

NECESSIDADES DE REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: Consciente (X) Orientado (X) Confuso () Letárgico () Torporoso ()
Desorientado () GLASGOW: 15 Drogas (Sedação/Analgésia):
Pupilas: Isocóricas () Anisocóricas () D/E Fotorreagente () Mióticas () Midríáticas ()
Mobilidade Física: MMSS: Preservada (X) Paresia () Plegia () Parestesia () Local
MMI: Preservada (X) Paresia () Plegia () Parestesia () Local

NECESSIDADES DE PERCEÇÃO VISUAL, AUDITIVA E SENSITIVA

Acuidade visual: Preservada (X) Diminuída () Ausente ()
Acuidade auditiva: Preservada (X) Diminuída () Ausente ()
Dor: Expressão facial de dor () Relato verbal de dor () Dor a estimulação tátil ()

NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO

Preservada (X) Prejudicada () Outro ()
Comunicação não-verbal () Afasia () Disfasia () Disartria () Dislalia ()

NECESSIDADE DE REGULAÇÃO RESPIRATÓRIA

Respiração: Espontânea (X) Cateter nasal () Venturi () % L/min. Traqueostomia ()
Eupnéia (X) Taquipnéia () Bradipnéia () Dispneia () Outro
Ausculta pulmonar: Movimento ventilatório: Presente () E/D: Diminuído () E/D:
Ruidos adventícios: Roncos () Sibilos () Creptos () Estertores () Outro
Tosse () Produtiva () Improdutiva () Expectoração () Quantidade e Aspecto:
Vias aéreas: Perceção () Queimadura de vias aéreas ()

NECESSIDADE DE REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: Regular () Irregular () Impalpável () Filiforme () Cheio ()
Pele: Corada (X) Hipocorada () Cianose () Sudorese () Fria () Aquecida ()
Enchimento capilar: ≤ 3 Segundos () ≥ 3 Segundos () Turgência jugular ()
Drogas vasostivas () Precordialgia ()
Ausculta cardíaca: Rítmica () Arritmica () Sopros () Outro
Punção venosa: Periférica (X) Central () Dissecção () Localização: MMI Data da punção: 20/03/19
Edema MMSS () MMI () Anasarca ()

NECESSIDADE DE REGULAÇÃO GASTROINTESTINAL

Tipo somático: Nutrido (X) Emagrecido () Obeso () Caquético ()
Alimentação: VO (X) SNG () SNE () Gastronomia () Jejunostomia ()
NPT () Fluxo: Hora: Data:
Alterações: Inapetência () Disfagia () Intolerância Alimentar () Pirose ()
Náusea () Vômito () Outros
Abdômen: Flácido () Distendido () Tenso () Ascítico () Outros:
RHA: Normotivos () Hipotativos () Hiperativos ()



64/2

NECESSIDADE DE ELIMINAÇÕES	
Eliminação intestinal: Normal (☒) Líquida () Constipado () há _____ Dias. Outros _____	
Eliminação urinária: Espontânea (☒) Retenção () Incontinência () Hematúria ()	
SVD () Débito: _____ ml. Irrigação contínua ()	
NECESSIDADE DE INTEGRIDADE FÍSICA E CUTÂNEO-MUCOSA	
Condição da pele: Úmida () Pegajosa () Ressecada () Cicatriz () Equimose () Manchas () Rash ()	
Hematomas () Prurido () Descamativa () Lesões ()	
Coloração da pele: Normocorada (☒) Hipocorada () Hipercoreada () Ictérica () Cianótica ()	
Condições das mucosas: Preservada (☒) Úmidas () Secas () Turgor da pele diminuído ()	
Manifestação de sede ()	
Incisão cirúrgica (☒) Local e Aspecto: <u>Plano Torácico</u> Curativo realizado em: <u>13/08/15</u>	
Úlcera por pressão: () Estágio _____ Local _____ Descrição: _____	
NECESSIDADE DO CUIDADO CORPORAL	
Independente () Dependente () Parcialmente dependente ()	
Higiene corporal: Satisfatória (☒) Insatisfatória ()	
Higiene bucal: Satisfatória (☒) Insatisfatória ()	
Limitação física: Acamado (☒) Bengala () Cadeira de rodas () Outro _____	
Necessidade de ajuda para auto-cuidado: () Tipo de ajuda: _____	
NECESSIDADE DE REPOUSO E SONO	
Preservado (☒) Insônia () Dorme durante o dia () Sono interrompido () OBS: _____	
NECESSIDADE DE SEGURANÇA E GREGÁRIA	
Sentimentos e Comportamentos: Cooperativo (☒) Ansiedade () Medo () Apreensão ()	
Agitação () Ausência de familiares/visita ()	
INTERCORRÊNCIAS	
<u>13/08/15</u> <u>19h às 22h30 36,5°</u> <u>13/08/15</u> <u>20h00</u> <u>PA = 100x70</u> <u>FE 36,5° AC</u>	
Data: <u>13/08/15</u> Hora: <u>16h00</u>	
Carimbo e assinatura do Enfermeiro: _____	

FONTE: HOSPITALÃO, R.C. Coleta de Dados por Meio de Grupo Focal, Porto Alegre, 2001
Obs. Dados de LE OUTROS, definir de acordo com a instituição.



TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Ph. 101111 *action Pauline*

Quincy, E.C./Y.

11

1000

—Dana

EDDY OF MISSOURI

1 Date 1 June 1972 APR 1972 APR 1972

History

Evolução Médica

Supernova 020119 - 10:20 UTC 02/02/06

HELIX NAUTA + JUDY MEYER

Journal of Interpersonal Violence 26(10)

Carne, 100g + 100g de carne

... 100% of 17.9% for

MS 4878 A-101464 TO 1100000000

610/35 Multi-Media

503201655

Life-time I_{eff} 1.6V, 8.18A

27

20/10/20

$$2) n \times p_{na} = q_{na}$$

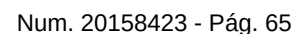
85: 20M

65/2

66/2

Circulante

300





64/2

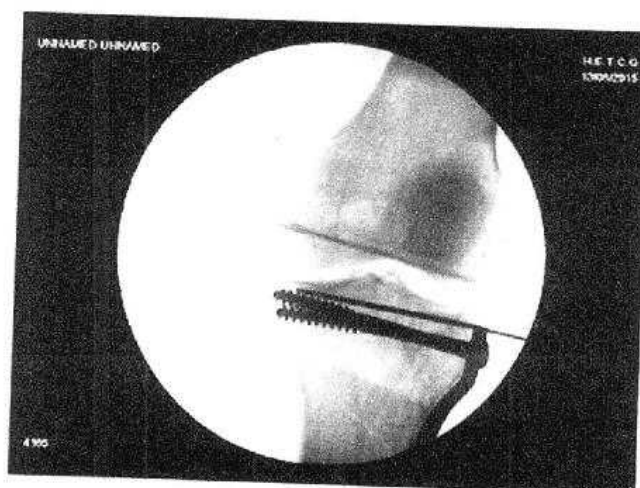
TABELA DE ALDRETE E KROULIK MODIFICADA

Critério para alta de recuperação pós anestésico	Hora entrada	Hora saída
Nenhum Movimento = 0		
Movimenta 2 membros = 1	1	2
Movimenta 4 membros = 2		
Apneia - 0		
Respiração Limitada Dispnéia = 1	2	2
Respiração profunda e tosse = 2		
PA + cu - 50% do nível pré-anestésico = 0		
PA + cu - 20 a 40% do nível pré-anestésico = 1	1	2
PA + cu - 20% do nível pré-anestésico = 2		
Sat O2 < 90 com oxigênio = 0		
Sat O2 > 90 com oxigênio = 1	2	2
Sat O2 < 92% sem oxigênio = 2		
Paciente responde ao chamado = 0		
Despertado ao chamado = 1	2	2
Completamente acordado = 2		
TOTAL DE PONTOS	08	10

Antonio Sales S. C. de Almeida
Médico
CRM 016110
CRM 016110

Assinatura Anestesista





DIAGNÓSTICO E PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM

SETOR:

Paciente: Shirley Pineda

[illegible]

69/2



40
20

AValiação GERAL

Enfermaria: 2 Leito: 3 Nome: Eliair Paulino Oliveira

Sinais vitais: PA: P: FR: T: HGT: SPO2:

PESO: ALTURA: Dor () Local da dor:

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

NECESSIDADES DE REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: Consciente (☒) Orientado () Confuso () Letárgico () Torporoso ()

Desorientado () GLASGOW: Drogas (Sedação/Anestesia):

Pupilas: Isocóricas () Anisocóricas () D/E Fotorreagente () Mióticas () Midríaticas ()

Mobilidade Física: MMSS: Preservada () Paresia () Plegia () Parestesia () Local

MMII: Preservada () Paresia () Plegia () Parestesia () Local

NECESSIDADES DE PERCEPÇÃO VISUAL, AUDITIVA E SENSITIVA

Acuidade visual: Preservada (☒) Diminuída () Ausente ()

Acuidade auditiva: Preservada (☒) Diminuída () Ausente ()

Dor: Expressão facial de dor (☒) Relato verbal de dor () Dor a estimulação tátil ()

NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO

Preservada (☒) Prejudicada () Outro ()

Comunicação não-verbal () Afasia () Disfasia () Disartria () Dislalia ()

NECESSIDADE DE REGULAÇÃO RESPIRATÓRIA

Respiração: Espontânea (☒) Cateter nasal () Venturi () % L/min. Traqueostomia ()

Eupnéia (☒) Taquipnéia () Bradipnéia () Dispnéia () Outro

Ausculta pulmonar: Movimento ventilatório: Presente () E/D: Diminuído () F/D:

Ruidos adventícios: Roncos () Sibilos () Creptos () Estertores () Outro

Tosse: Produtiva () Improdutiva () Expectoração () Quantidade e Aspecto:

Vias aéreas: Pêrveas () Queimadura de vias aéreas ()

NECESSIDADE DE REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: Regular (☒) Irregular () Impalpável () Filiforme () Cheio ()

Pele: Corada (☒) Hipocorada () Cianose () Sudorese () Fria () Aquecida ()

Enchimento capilar: ≤ 3 Segundos () ≥ 3 Segundos () Turgência Jugular ()

Drogas vasoativas () Precordialgia ()

Ausculta cardíaca: Rítmica () Arritmica () Sopros () Outro

Punção venosa: Periférica () Central () Dissecção () Localização: Data da punção:

Edema MMSS () MMII () Anasarca ()

NECESSIDADE DE REGULAÇÃO GASTROINTESTINAL

Tipo somático: Nutrido () Emagrecido () Obeso () Caquético ()

Alimentação: VO () SNG () SNE () ~ Gastronomia () Jejunostomia ()

NPT () Fluxo: Hora: Data:

Alterações: Inapetência () Disfagia () Intolerância Alimentar () Pirose ()

Náusea () Vômito () Outros

Abdômem: Flácido () Distendido () Tenso () Ascítico () Outros

RHA: Normoativos (☒) Hipativos () Hiperativos ()



71/2

NECESSIDADE DE ELIMINAÇÕES	
Eliminação intestinal: Normal ()	Líquida (☒) Constipado () há _____ Dias. Outros _____
Eliminação urinária: Espontânea ()	Retenção () Incontinência () Hematúria ()
SVD () Débito: _____ ml.	Irrigação contínua ()
NECESSIDADE DE INTEGRIDADE FÍSICA E CUTÂNEO-MUCOSA	
Condição da pele: Úmida ()	Pegajosa () Ressecada () Cicatriz () Equimose () Manchas () Rasma ()
Hematomas () Prurido ()	Descamativa () Lesões ()
Coloração da pele: Normocrorada ()	Hipocrorada () Hipercorada () Ictérica () Clandestina ()
Condições das mucosas: Preservada ()	Úmidas () Secas () Turgor da pele diminuído ()
Manifestação de sede ()	
Incisão cirúrgica () Local e Aspecto: _____	Curativo realizado em: ____/____/____
Úlcera por pressão: () Estágio _____ Local _____	Descrição: _____
NECESSIDADE DO CUIDADO CORPORAL	
Independente ()	Dependente () Parcialmente dependente ()
Higiene corporal: Satisfatória (☒)	Insatisfatória ()
Higiene bucal: Satisfatória (☒)	Insatisfatória ()
Limitação física: Acamado (☒)	Bengala () Cadeira de rodas () Outro: _____
Necessidade de ajuda para auto-cuidado: ()	Tipo de ajuda: _____
NECESSIDADE DE REPOUSO E SONO	
Preservado ()	Insônia () Dorme durante o dia () Sono interrompido ()
	CBS: _____
NECESSIDADE DE SEGURANÇA E GREGÁRIA	
Sentimentos e Comportamentos: Cooperativo ()	Ansiedade () Medo () Apreensão ()
	Agitação () Ausência de familiares/visita ()
INTERCORRÊNCIAS	
14.08.2015 14.08.2015 140890 312 Paciente em observação em pós-operatório imediato, realizando curativo no abd. com estéril. Uma de sutura por alicate não foi fechada, medicando com pomada. 14.08.2015 PA 140890 312 14/08/15 Paciente estando oral regular, sem náuseas. Segue com dieta líquida. Obs: O de 14/08/15, define de acordo com a evolução.	
Carimbo e assinatura do Enfermeiro: _____	Data: 14/08/15 Hora: _____

Fonte: RÓDIO NÍLIO, R.C. Controle de Qualidade. Manual de Gestão. Porto Alegre, 2003.

Obs: O de 14/08/15, define de acordo com a evolução.



73 9

ESPERADOS
intestinal e fecal
perna
estômago
toes de higiene
Artesanato
re corporal dentro dos
pele
do
Artificiais
re
solução de líquido

2019 03 29



PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM

PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM	APRAZAMENTO	RESULTADO
☐ Avaliar discernimento abdominal		
☐ Estimar a ingestão de alimentação balanceada e não irritante		Observação de eliminação adequada / melhorada
☐ Observar e registrar eliminação intestinal (cor, odor, consistência e/ou outros)		
☐ Ativar paciente para ir ao banheiro e medicação CPM		
☐ Avaliar as queixas de náusea e vômito, anorexia, medicação CPM, avaliar em 30 minutos		Melhora da aceitação ali-
☐ Avaliar a tolerância a alimentação intestinal e alimentar (aspecto, frequência e quantidade)		
☐ Observar e comunicar dificuldades alimentares		
☐ Encaminhar ao banho de chuveiro		Manutenção da piele
☐ Realizar banho no leito (SN) com lavagem de cabelo e corpo coberto		Auxílio diário de higiene
☐ Explicar ao paciente as possíveis causas da dor		
☐ Aplicar técnicas de relaxamento, oferecer ambiente tranquilo e confortável		
☐ Avaliar características, intensidade e local da dor		
☒ Avaliar alterações dos sinais vitais		
☐ Administrar analgésicos conforme prescrição médica e reavaliar a dor após administração da medicação		Controle da dor (melhora)
☐ Após administrar medicamentos antitérmicos, avaliar e registrar os resultados		
☐ Observar reações de desconforto/hipertensão		Manutenção da temperatura limite fisiológico
☐ Proporcionar condições de higiene e conforto e realizar curativos de acordo com as necessidades ou ACM		
☐ Analisar condições do curativo		Melhora da integridade da limite fisiológico
☐ Orientar e estimular a hidratação da pele		
☐ Orientar e estimular a movimentação no leito		Diminuição do risco de les-
☐ Auxiliar o paciente a deambular conforme apropriado		Mobilidade física melhora
☐ Manter oximetria contínua e monitorar valores de SpO2 e comunicar se for menor que 93%		Melhora da perfusão tissu-
☐ Observar e anotar condições de perfusão periférica (coloração e temperatura)		Padrão respiratório eficaz
☐ Verificar condições de hidratação do paciente (língua, olhos, pulso e frequência cardíaca)		Risco de desidratação de v-
☐ Realizar balanço hídrico		ausente/diminuído
☐ Observar o local da ferida queimadura e inserção do dispositivo venoso para detectar sinais fisiológicos		
☒ Trocar acesso venoso periférico a cada 72 horas ou se apresentar sinais fisiológicos e anotar		
☐ Realizar desinfeção com álcool a 70% nos dispositivos e encontros antes de administrar medicações		Diminuir o risco de infecçã
☐ Utilizar técnica asséptica para aspiração, cateterização vesical, punção venosa e em outros procedimentos invasivos		
☐ Determinar a capacidade de transferir-se (de nível de mobilidade, limitações nos movimentos, resistência)		
☐ Manter as grades do leito elevadas		
☐ Contar o paciente quando necessário		Diminuir o risco de queda
☒ Manter ambiente seguro e tranquilo		
☐ Administrar repouso no leito		
☒ Administrar medicação CPM		Melhora do padrão do sono
☐ Outros		
☐ Outros		Outros

Cartão de Prescrição de Enfermagem

Karla R. L. Porto
Enfermeira
CRP 008.100.001

FONTE: NCC 2010 CHAVES L. D. S. 2010

73

Diagnóstico

Tratamento e Evolução

Paciente: Elton Pacheco

Re Ex prototípico

Data	Prescrição Médica	Alojamento	Idade	Convênio	Evolução Médica
14-8	1. Insul. N. 100U 2. Dipirona 500mg - AD EV 06/06h 3. Tiludil 20mg - AD EV 17/12h 4. Omeprazol 40mg EV jejum 5. Tramal 100mg - 100mg SI 0,5% (V 8/8h) SN 6. Naloxedron 0,15mg - AD EV 8/8h SN 7. Cloxane 40mg SC 6h 8. SSIV - CCGG	<u>10-14-8</u>	<u>3</u>		<u>Bebê, extenuado</u> <u>Ap. Nervoso</u>
					<u>ev</u> <u>upm</u>

14/8



FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Pré-OP:

Paciente

Edna S. Gomes

Alojamento

3

Leito

3

Convênio

Data

Prescrição Médica

1. Dieta livre

2. SF 0.9% 1000 ml, IV, em 24 h

3. Dipirona 2 ml, IV, 6/6 h

4. Celazolina 01g, IV de 8/8h S/N

5. Tilatil 20 mg, IV, 12/12 h S/N

6. Tramal 100 mg + SF 0.9% 100 ml, IV, 6/6 h S/N

7. Clexane 40 mg, SC, 1 x dia

8. Omeprazol 40 mg, IV, 1 x dia em jejum (se fizer Tilatil)

9. Nauseidion 8 mg + AD, IV, corer 20 min antes do Tramal,

S/N ou se vômitos ou enjoos

10. SSWV + CCGG

M. Celazolina 01g, IV de 8/8h S/N

R. Tramal 100 mg + SF 0.9% 100 ml, IV, 6/6 h S/N

Agda hospitalar

Horário

Evolução Médica

Crise de II

Paciente em observação de

10. Exames laboratoriais

RCD

17h

26/2

Procedimento Médico

Figure 1

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

1. *De forma.*

1. *Diagnosis* - 19/5/69

[Faint handwritten notes at bottom of page]

1. 1/1/12 to 3/1/12

19.000 15.000 10.000 5.000 0

11. Сформулируйте задачу

Admission 2000

[Handwritten signature]



[Imprimir](#)[Fechar](#)

Indenização(ções) referente a 31/12/2015. (NILO DANTAS)

De: **jemreguladora pagamento** (reguladorapotiguarpagamento@hotmail.com)

Enviada: terça-feira, 29 de dezembro de 2015 19:53:11

Para: NILO DANTAS (nilotdantas@hotmail.com)

Segue abaixo o(s) pagamento(s) de Indenização(ções) referente a 31/12/2015.

SINISTRO	BENEFICIARIO	CPF/CNPJ	VLR INDENIZAÇÃO	COBERTURA
3150970240	ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNIO	10436392410	R\$ 2.362,50	INVALIDEZ

Atenção!!!

Caso a indenização não tenha sido efetuado ate 5 dias após a data do pagamento, entrar em contato imediatamente.

Att

Luan Felipe

J E M Reguladora de Sinistros

Tel.: (84)3343-0117 / (84)3025-2421

reguladorapotiguarpagamento@hotmail.com



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 23/05/2017 10 horas 45 minutos

Processo: 0002882-45.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 9450,00

Serie : 10

Autor : ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNI

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO



D A T A

Recebidos os presentes autos em
Cartório, nesta data.
Picuí – PB, 25 de maio 2017.

Anderson Cunha – Auxiliar Judiciário

CERTIDÃO

Certifico que o presente feito foi distribuído em
20/04/2017, e **me foi entregue nessa data, o qual
autuei, numerei e rubriquei.** Dou fé
Picuí, **25 de maio de 2017.**

Auxiliar Judiciário

CONCLUSÃO

Faço concluso nesta data ao MM. Juiz de
direito desta Comarca.
Picuí, **25 de maio de 2017.**

Auxiliar Judiciário

20/04
19/05



80/0



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI

DECISÃO

Vistos etc.,

O pedido de justiça gratuita não merece acolhimento, eis que a parte autora não comprova sua hipossuficiência financeira.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda.

Ademais, pela nova sistemática processual prevista no art. 98 do NCPC, deve o juízo ser criterioso no deferimento deste benefício, eis que há a possibilidade de **redução ou parcelamento das custas**, razão pela qual a concessão da gratuidade deve ficar reservada para aquelas partes que comprovam sua incapacidade de custear as despesas do processo.

Posto isto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a intimação da parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de agosto de 2017.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002882-45.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0002882-45.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 27 de julho de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N, Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002882-45.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara Única, intimo Vossa Excelência de todo o teor do despacho de ID **20158423, página 79, que indeferiu a gratuidade judicial, determinando o recolhimento das custas no prazo de cinco dias.**

Picuí/PB, 16 de março de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário



Juntada custas quitadas.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.

PROCESSO Nº. 0002882-45.2016.815.0271

ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNIOR, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho proferido para o recolhimento das custas judiciais, que **tendo em vista a sua situação de DESEMPREGADO** e ante ao fato de não possuir condições financeiras para arcar com o ônus processual, o requerente **REQUER, que lhe seja concedido uma redução no percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC.**

Ademais, o art. 5º, inciso LXXIV da CF, prescreve que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. E Já fora decidido pelo Egrégio STJ que a Gratuidade Judiciária pode ser requerida a qualquer momento do processo, A concessão da assistência judiciária gratuita pode ocorrer a qualquer momento do processo, com efeitos não retroativos, razão pela qual com base no decidido pelo STJ no julgamento do Recurso Especial nº. 904.289 – MS, o autor requer a reapreciação do pedido de gratuidade judiciária de forma parcial, segue abaixo a respeitável decisão:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. CONCESSÃO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. EFEITOS EX NUNC. 1. **O pedido de concessão da assistência judiciária pode ser formulado em qualquer momento processual.** Como os efeitos da concessão são ex nunc, o eventual deferimento não implica modificação da sentença, pois a sucumbência somente será revista em caso de acolhimento do mérito de eventual recurso de apelação. 2. O princípio da “invariabilidade da sentença pelo juiz que a proferiu”, veda a modificação da decisão pela autoridade judiciária que a prolatou, com base legal no artigo 463 do CPC, não impõe o afastamento do juiz da condução do feito, **devendo o magistrado, portanto, exercer as demais atividades posteriores,** contanto que não impliquem alteração do decidido na sentença. 3. Recurso especial

1



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

parcialmente provido. RECURSO ESPECIAL Nº 904.289 - MS
(2006/0257290-2) RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO.

Bem como, nesse mesmo sentido acentua ainda o art. 9º da Lei
1060/50:

*"Art. 9º Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos
do processo até a decisão final do litígio, em todas as instâncias".*

Logo, vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de
justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas
processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º do CPC).

Por fim, "*considerada a presunção relativa de veracidade da declaração
de hipossuficiência jurídica da parte, é facultado ao juízo, para fins de concessão dos benefícios
da gratuidade de justiça, investigar a real situação financeira do requerente*" (STJ, AgRg no AREsp
296.675/MG, rel. Min. Sérgio Kukina, j. 9-4-2013).

Ademais, o recolhimento das custas devidas é necessário para fazer
frente aos gastos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual, sendo certo que as custas
judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades
específicas da Justiça – art.98, §2º da CF.

Cabe ao Juiz, assim, dirigir o processo e zelar pela correta aplicação da
lei, de forma que o benefício postulado seja concedido somente àqueles que preencherem os
seus pressupostos legais.

No caso, à parte que comprovar a indisponibilidade de recursos para
promover o custeio do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Aliás, é sabido que as custas judiciárias da Paraíba têm valor
demasiadamente elevado em relação à realidade econômica de nosso estado, sobretudo se
tomada como referência a nossa comarca, razão por que desde já a parte autora **requer a
concessão da GRATUITA JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL**, dispensando o autor do pagamento
de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/2015, **remanescendo o dever de pagar custas judiciais
(custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambas reduzidos ao percentual de 20% do
valor original (80% de desconto).**

Registre-se que o Novo Código de Processo Civil conferiu à parte
prerrogativas menos onerosas de custeio do processo, a exemplo do desconto e parcelamento
das custas processuais (art. 98, § 6º). Além disso, permitiu que o juiz conceda o benefício somente





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

em relação a algum ato específico (art. 98, § 5º), conforme faz prova a transcrição de tal dispositivo legal abaixo:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

...

*§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, **ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. (grifos nossos)***

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, mesmo que de forma parcial, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Por fim, diante do exposto, o autor **requer a CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA DE FORMA PARCIAL e que lhe seja deferido uma redução de percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais. E provando a sua boa-fé, o autor requer por fim a juntada do comprovante de pagamento das custas processuais com 80% (oitenta por cento).** E como já recolhera as custas prévias, a autora, ao final, requer que seja determinada a citação da ré e a consequente tramitação normal dos autos.

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

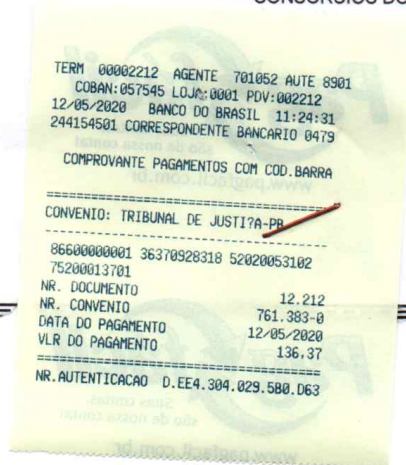
Picuí – PB, 11 de maio de 2020.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220.



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 027.5.20.00137/01
Nº do Processo: 0002882-45.2016.815.0271	Comarca: Picuí	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 12/05/2020
Número da guia: 027.2020.600137 Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			Data de vencimento: 31/05/2020
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 103,56 - Taxa Judiciária: R\$ 28,35 - Despesas processuais postais: R\$ 3,11 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 51,78
Promovente: ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNIOR Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
866000000012 363709283180 520200531025 752000137014 			Valor total: R\$ 676,46
			Desconto total: R\$ 540,09
			Valor final: R\$ 136,37

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 027.5.20.00137/01
Nº do Processo: 0002882-45.2016.815.0271	Comarca: Picuí	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 12/05/2020
Número da guia: 027.2020.600137 Tipo de Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			Data de vencimento: 31/05/2020
Promovente: ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNIOR Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento: - Despesas processuais postais: - Cartas R\$ 3,11			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
R\$ 15,56			Parcela: 1/1
866000000012 363709283180 520200531025 752000137014 			Valor total: R\$ 676,46
			Desconto total: R\$ 540,09
			Valor final: R\$ 136,37



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE PICUÍ

Juízo do(a) Vara Única de Picuí

Rua São Sebastião, S/N, CENTRO, PICUÍ - PB - CEP: 58187-000

Tel.: (83) 33712403; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

Nº do Processo: 0002882-45.2016.8.15.0271

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: ELIAS PAULINO DE OLIVEIRA JUNIOR

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

1. Defiro o pedido de redução de 80% por cento do valor das custas, por aplicação analógica do art. 98, § 6º, do CPC

2. Cite-se o promovido para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

6. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora à réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

7. Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

Cumpra-se independentemente de novo despacho.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.



Anyfrancis Araújo da Silva

Juiz de Direito

